



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

===No dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, realizou a Câmara Municipal de Alter do Chão uma reunião extraordinária a que presidiu o Senhor Presidente Joviano Martins Vitorino e em que participaram os Senhores Vereadores Manuel António Poupas Carola, Francisco António Martins dos Reis, Francisco António Garcia Rolo e Romão Buxo da Trindade.-----

===Secretariou a reunião o Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Administração Geral, Educação, Cultura e Desporto, Dr. Rui Manuel Pista Nunes D'Oliveira, coadjuvado pela Assistente Técnica, Miriam Faria.-----

===Reuniram para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**:-----

---**PONTO UM**: Análise e Deliberação da Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2016;-----

---**PONTO DOIS**: Análise e Deliberação da Proposta de Mapa de Pessoal para o ano 2016;-----

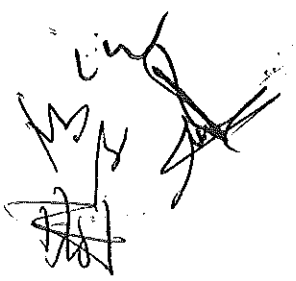
---**PONTO TRÊS**: Análise e Deliberação da Proposta de Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal para o ano 2016.-----

Deliberação n.º 310

PONTO UM – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO 2016

===Sobre o assunto em apreço, foi presente a seguinte proposta: “A fim de dar cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, elaborou a Câmara Municipal de Alter do Chão o presente conjunto de Opções do Plano para o quadriénio 2016-2019 e proposta de Orçamento para 2016, que submete à Digníssima Assembleia Municipal, a fim de a mesma exercer a competência que lhe é conferida na alínea a), do n.º 1, do artigo 25º da já referida legislação. Os documentos previsionais aqui apresentados, foram elaborados segundo as regras estabelecidas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro - o diploma que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais POCAL (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro) que consiste na criação de condições para a integração da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna, constituindo um instrumento fundamental de apoio à gestão das Autarquias Locais. Assim, Proponho ao Órgão Executivo que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeta a aprovação da Assembleia Municipal os documentos previsionais – Grandes Opções do Plano e proposta de Orçamento para 2016 - nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do diploma já mencionado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara informou os Senhores Vereadores das pontuais alterações



efetuadas no texto descritivo da proposta apresentada. Para uma leitura mais fácil da proposta de orçamento, entregou documento simplificado das receitas e despesas previstas para 2016, elaborado com base na média dos três últimos anos. Explicou que os fundos municipais apresentados são os mesmos do ano anterior, considerando que ainda não há Orçamento de Estado. Quanto aos projetos apoiados pelo QREN, foram integrados em Gop's para que os meios financeiros sejam, futuramente, enquadrados. Explicou que, e apesar da pouca margem, foi possível, neste orçamento, contemplar-se a grande componente de apoio social que se tem vindo a desenvolver nos últimos anos, ter-se preparado uma estratégia de enquadramento, no novo quadro comunitário de apoio, de projetos, alguns alicerçados no âmbito da CIMAA- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, e manterem-se os meios adequados à manutenção das infraestruturas e equipamentos do Município. Informou que, em função da legalidade e das disponibilidades de receita que se evidenciam, este é o orçamento possível. Finalizou por dizer que, a atividade para 2016, além da manutenção do existente, ficará, em muito, condicionada à execução quadro comunitário de apoio. Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara, perante algumas questões levantadas pelos Senhores Vereadores com respeito ao documento entregue, prestou os necessários esclarecimentos.-----

O Senhor Presidente da Câmara iniciou uma análise mais aprofundada da proposta de Orçamento e Gop's apresentada. Apresentou alguns dos projetos e intenções de investimento do Município que se traduzem em cerca de três milhões e quinhentos mil euros. Salientou a necessidade de apoios nas infraestruturas sociais, nomeadamente na ampliação da Unidade de Cuidados Continuados e na ampliação do Lar de Santo Estevão em Chança.-----

===O Senhor Vereador Francisco Reis:-----

No que respeita à recuperação da Barragem do Zambujo, o Senhor Vereador disse não concordar com o seu projeto de execução, mas sim, com o empenho nas negociações para a sua venda. O Senhor Presidente da Câmara explicou que o objetivo principal é a venda da barragem mas, se tal não for possível, terá de se equacionar a necessária obra de requalificação. O Senhor Vereador chamou à atenção para o projeto respeitante ao coletor pluvial da Avenida da Alcárcova, pois pensa que esta obra já tinha sido, em tempos, realizada. O Senhor Vice-Presidente explicou que os trabalhos realizados não resolveram a situação, persistindo o problema do escoamento de águas pluviais na avenida pelo que surge a necessidade de construção de um coletor. Informou que o mesmo problema se verifica junto ao Pólo da Universidade de Évora. O Senhor Vereador perguntou se a ampliação do Lar de Santo Estevão em Chança não se encontra terminada. O Senhor Presidente da Câmara explicou que a última parte da obra não foi financiada, tendo a mesma sido realizada a expensas do Lar, e sendo que a mesma não está 100% concluída, a intenção é realizar-se uma candidatura, englobando toda a 2.ª fase da obra, para financiamento, e que a Câmara Municipal, como parceiro, está disponível para ajudar tecnicamente na candidatura, e também num eventual apoio financeiro. O Senhor Vereador perguntou onde será a localização do ninho de empresas. O Senhor Presidente da Câmara explicou não existir ainda nenhum espaço para o efeito pois o mesmo será definido de acordo com o tipo/objetivo das empresas ou empreendedores/profissionais que entretanto surjam, bem como as suas necessidades. Mais referiu as instalações do Pólo da Universidade de Évora ou, eventualmente, a possibilidade de se arrendar um pavilhão na zona industrial para este fim. O Senhor Vereador teceu algumas considerações relacionadas com os locais incluídos no



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

projeto Via Hadriana, chamando a atenção, em especial, para a Villa Romana da Quinta do Pião. O Senhor Presidente da Câmara explicou estar prevista, com a autorização do proprietário, a colocação de uma vedação na Quinta do Pião, pois a anterior foi vandalizada, e fazer a manutenção do espaço. O Senhor Vereador referindo-se ao projeto relativo aos Jogos Equestres Nacionais, onde se menciona a adaptação de pisos dos picadeiros, disse que, em sua opinião, e no que se refere à Coudelaria de Alter, a iniciativa parte sempre da Câmara Municipal, quando a mesma deverá apenas ser um parceiro/colaborador daquela instituição. Afirmou que este tipo de iniciativas deverão partir, sempre, da Companhia das Lezírias. O Senhor Presidente da Câmara explicou existirem candidaturas que não estão ao dispor de outras entidades que não as Câmaras Municipais. Referiu que se o projeto não estiver previsto nas Gop's, não será possível enquadrá-lo em qualquer tipo de candidatura futura. O Senhor Vereador, com respeito ao projeto de área de serviço para autocaravanas, explicou considerar muito mais profícuo aumentar o valor dado aos Bombeiros Voluntários, uma vez que já dispomos de boas instalações para as autocaravanas no parque da feira, que se encontra devidamente equipado de infraestruturas para esse efeito. O Senhor Presidente da Câmara explicou que de nada valerá o bom espaço de que dispomos se os autocaravanistas o desconhecem, pelo que, é importante que o mesmo seja contemplado no roteiro de autocaravanismo, e que, para isso, existem pequenas adaptações que são necessárias realizar. Lembrou que esta é uma prática com cada vez mais adeptos, oriundos, sobretudo, do norte da Europa. O Senhor Vereador perguntou como pretende o Senhor Presidente da Câmara promover a participação da população no que respeita a rentabilizar o comércio. O Senhor Presidente da Câmara explicou que existem muitas formas de melhorar o acolhimento dado ao turista, nomeadamente ao nível da formação. Por outro lado, lembrou também o esforço que se tem feito na realização de atividades no Mercado Municipal, que envolvem os agentes locais, e que visam a promoção dos produtos regionais. Quanto ao ensino não superior, o Senhor Vereador lembrou a seguinte proposta, apresentada como contributo no ano anterior, pelos Vereadores do PS: *“assim propomos que seja contemplada uma verba significativa que visa assegurar o transporte dos alunos dos concelhos limítrofes, particularmente de Fronteira e Crato, até à nossa escola. Durante o ano letivo o Senhor Presidente da Câmara deverá promover iniciativas que visem a promoção da nossa escola junto dos alunos e encarregados de educação dessas escolas, devendo contar com a colaboração do Agrupamento de Escolas para a realização dessa importante tarefa.”* Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, apesar da nossa recomendação, como justifica que, desde o início do presente ano letivo, a Câmara Municipal de Fronteira transporte, diariamente, 40 alunos do 3.º ciclo para Estremoz? Quando estava perfeitamente ao nosso alcance convencer esses alunos a frequentarem a nossa escola, evitando ou alterando a situação que hoje se vive na mesma. O Senhor Presidente da Câmara disse não ter de justificar o que se passa noutras Câmaras Municipais, esclarecendo que foram desenvolvidas ações de abordagem aos pais e encarregados de educação de Cabeço de Vide e Crato, nomeadamente realizadas reuniões, com vista à captação de alunos para a nossa escola. Mais, disse não perceber porque é que os alunos do 3.º ciclo de Fronteira vão para Estremoz. O Senhor Vereador lembrou que a distância de Fronteira a Alter do Chão é bastante inferior à distância entre Fronteira e Estremoz, e que Alter do Chão dispõe da mesma oferta formativa que Estremoz pelo que, o Senhor Presidente da Câmara deveria ter diligenciado, em conjunto com os técnicos de ação social e educação do município e docentes da escola, ações de

sensibilização junto dos pais e encarregados de educação. No que respeita à política de apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, propôs o aumento da verba. O Senhor Presidente da Câmara lembrou que o apoio dado aos Bombeiros Voluntários não se traduz apenas em 40.000€ de verba, mas também contempla o apoio em viaturas, bem como em pessoal.-----

==O Senhor Vereador Romão Trindade:-----

O Senhor Vereador disse concordar, em termos genéricos, com a proposta apresentada, notando-se, claramente, que o maior valor da despesa corrente é o das despesas com pessoal e na aquisição de bens e serviços, sobrando praticamente nada para investimento. Perguntou se só existem 190 agregados familiares beneficiários da redução do IMI. O Senhor Presidente da Câmara explicou ser essa a estimativa do Serviço de Finanças. No que respeita à área da ação social, o Senhor Vereador perguntou se existe algum estudo que suporte o aumento de 20 camas na Unidade de Cuidados Continuados. O Senhor Presidente da Câmara explicou que com o número de cama atual, não é possível à Santa Casa da Misericórdia viabilizar a Unidade de Cuidados Continuados, pelo que, é urgente que se possa aumentar a capacidade. O Senhor Vereador perguntou se os 50.000€ previstos são para projetos. O Senhor Presidente da Câmara explicou que a Câmara Municipal ajudará tecnicamente a Santa Casa da Misericórdia na preparação de projetos para candidatura, e que os 50.000€ são uma estimativa para alguma ajuda que seja necessário prestar. O Senhor Vereador, no que respeita à Cantina Social, alertou que se deverá ter muito cuidado na atribuição deste apoio, para que o mesmo beneficie as famílias realmente carenciadas. Perguntou se o Núcleo Local de Reinserção e a Equipa Local de Intervenção são constituídos por funcionários do município. O Senhor Presidente da Câmara explicou que as equipas são constituídas por diversas entidades entre as quais a Câmara Municipal. No âmbito do apoio à habitação degradada, o Senhor Vereador alertou para o cuidado que se deve ter na sua atribuição, salvaguardando-se sempre a equidade. Questionou a aquisição de áudio-guias para o Museu Municipal, uma vez que pensa que a aposta deve fazer-se na formação dos funcionários, nomeadamente ao nível da aprendizagem de novas línguas, e em estabelecer-se um roteiro turístico. O Senhor Presidente da Câmara explicou não se tratar dos tradicionais áudio-guias que encontramos nos museus, mas num serviço para telemóveis. O Senhor Vereador lembrou que o Executivo Municipal, ainda não teve conhecimento do protocolo para o plano de turismo integrado, assinado com os Municípios de Fronteira e Monforte. O Senhor Presidente da Câmara explicou que o protocolo não envolve quaisquer meios financeiros mas que, do mesmo, dará conhecimento. O Senhor Vereador referiu estar muito agradado com a clara aposta do Município na incrementação do turismo cultural. Quanto à aposta no desenvolvimento do turismo equestre, disse que a Companhia das Lezírias é que deverá tomar estas iniciativas, e a Câmara Municipal deverá ser apenas um parceiro. Quanto aos futuros projetos apresentados, disse que apesar de não passarem de intenções, será muito bom que deixem de o ser. Abordou também a questão dos jogos equestres nacionais e as corridas de cavalos para dinamização da Coudelaria, que, aparentemente comportam muitas exigências. O Senhor Presidente da Câmara explicou divergir da opinião dos Senhores Vereadores pois, em sua opinião, a Câmara Municipal deve tomar a iniciativa, ser pró-ativa, gerar impulsos que permitam incentivar a dinamização da Coudelaria de Alter. O Senhor Vereador disse concordar que se deve ter uma atitude pró-ativa contudo, o Senhor Presidente da Câmara precisa entender que tem de ter o apoio da Companhia das Lezírias. Disse que a Companhia



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

das Lezírias deve louvar o esforço do Senhor Presidente da Câmara e o apoio do Executivo Municipal em dinamizar a Coudelaria de Alter, mostrando também o seu comprometimento. Em seguida, mencionou o projeto da ETAR Compacta de Alter Pedroso. O Senhor Presidente da Câmara explicou não se ter conseguido candidatura para este projeto no anterior quadro comunitário, pelo que é imperativo que essa obra seja uma realidade.-----

===Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara prestou informação sobre os contratos de leasing celebrados. Explicou que o pagamento do leasing do carro de recolha do lixo termina em 2017 e o pagamento do leasing do autocarro termina em 2018.-----

===O Senhor Vice-Presidente:-----

O Senhor Vice-Presidente disse que a proposta de orçamento apresentada reflete o real funcionamento da autarquia, e que se encontra muito bem elaborada.-----

===O Senhor Presidente da Câmara registou o empenho que existiu por parte dos diversos serviços da Câmara Municipal, nos seus contributos para que fosse possível elaborar a presente proposta de orçamento.-----

Deliberado por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores Francisco Reis, Francisco Rolo e Romão Trindade, aprovar as Gop's e Orçamento para 2016.-----

===O Senhor Vereador Romão Trindade apresentou a seguinte declaração de voto: “A CDU concorreu às eleições autárquicas de 2013 com o firme propósito de contribuir, com o seu trabalho, com as suas ideias e sugestões, para a melhoria das condições sociais, económicas e culturais dos habitantes do concelho de Alter do Chão. Nesse sentido, apesar de não ter pelouro atribuído, a CDU não deixou de apresentar várias propostas para as Grandes Opções do Plano e Orçamento, quer para 2014 quer para 2015, e de participar em várias iniciativas levadas a cabo pela Câmara Municipal. Nem sempre estivemos de acordo, divergimos algumas vezes, mas sempre nos batemos pela melhoria das condições de vida da nossa população. Nestes 2 anos de mandato, a CDU apresentou 33 propostas para as GOP's, e Orçamento, seguramente de importância e valores diferentes, mas que iam todas ao encontro dos desejos e anseios da população do nosso concelho e, a maior parte delas, eram de execução relativamente fácil e barata. Obviamente que pintar um depósito de água e/ou executar a cobertura da Casa da Medusa não é a mesma coisa e não são trabalhos/projetos minimamente comparáveis. No entanto, têm a sua importância, ainda que relativa, para as populações. Obviamente que nem todas as propostas apresentadas pela CDU poderiam ser realizadas apenas pela Câmara Municipal de Alter do Chão, pois pressupõem a participação ativa de outros concelhos e outras instituições. Assim, e apesar de na proposta de GOP's e Orçamento para 2016 voltarem a aparecer algumas ideias já apresentadas pela CDU e tendo, sobretudo, em atenção que a esmagadora maioria das propostas apresentadas em 2014 e 2015, embora contempladas em Orçamento e GOP's, não terem sido executadas, a CDU abstém-se na votação para as GOP's e Orçamento para o ano de 2016. Não acreditamos que, como por milagre, haja uma mudança de atitude e de prática.”-----

===Os Senhores Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto: “Apesar de o texto das GOP's e do Orçamento 2016 apresentados, serem praticamente o mesmo desde há doze anos para cá, os valores são no orçamento mais próximos da realidade tanto da receita como da despesa. Não deixa de ser, no entanto, um orçamento que vem na continuidade dos anteriores na falta de imaginação. Nada de surpresas para não surpreender pela positiva, sem inovações de visão ou de novas ideias e investimento respetivos. Apenas orientado para a gestão corrente, para a gestão do dia-a-dia. Não tem nada de novo que

podéssemos ler e verificar que realmente há vontade de virar a página. Sendo verdade que os montantes envolvidos não são os desejados, consideramos, no entanto, que com uma gestão mais rigorosa e uma escolha mais minuciosa e criteriosa das opções, é possível fazer melhor com os valores em causa. Enfim, são as escolhas de quem nos governa neste Município. A proposta para as Gop's para 2016, padece ainda mais da mesma doença que o orçamento, até porque ambos dependem um do outro. É notória a falta de ambição para a vida do concelho e não existe algo que nos transmita, a nós e às próximas gerações, esperança no futuro. Muito pelo contrário, somos um Concelho empobrecido, estagnado e esta situação tem vindo a agravar-se de há catorze anos para cá. E com estas Gop's a situação ainda se irá agravar mais, tal a falta de horizonte que elas revelam. Iremos deixar para a Assembleia Municipal, nomeadamente para os eleitos do PSD – Partido Social Democrata, a apreciação e avaliação destes dois documentos, e bem assim dos comentários a estes tão importantes instrumentos da governação do Município.”-----

O Senhor Presidente da Câmara disse não poder concordar que Alter do Chão está pior agora do que há 14 anos, conforme referido pelo Senhor Vereador Francisco Reis. Disse ser verdade que, à semelhança de todo o interior do país, somos um concelho desertificado e que, infelizmente, não se tem conseguido fixar a população, contudo, parece-lhe que essa tarefa caberá ao poder central através da descentralização de áreas de intervenção que capitalizem postos de trabalho em massa. Referiu também que existem hoje melhores condições de vida que há 15 anos atrás. Fez questão de reconhecer a urbanidade e a responsabilidade dos Senhores Vereadores da oposição, que não inviabilizam a proposta de orçamento que é importantíssima para a Câmara Municipal, nomeadamente este ano, em que existem muitas ações para implementar no âmbito do novo quadro comunitário de apoio, e que isso não seria possível sem o orçamento em vigor.-----

Deliberação n.º 311

PONTO DOIS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2016

===Sobre o assunto em apreço, foi presente a seguinte proposta: “Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei nº 209/2009, de 03 de setembro, os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, sendo que no caso dos municípios esta competência cabe à Assembleia Municipal; O n.º 1 do artigo 29.º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, refere claramente que os serviços planeiam, aquando da proposta de orçamento, as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, as eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal; Estas alterações ao mapa de pessoal têm sempre por horizonte as atribuições dos municípios tal como estas se encontram legalmente previstas, assim, e no cumprimento deste dispositivo legal, será aditado no mapa de pessoal o seguinte posto de trabalho que irá ser ocupado através da constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dado que se preme com atividades de natureza permanente e que se passa a discriminar:- Um lugar de assistente operacional (coveiro) – Setor de Obras e Serviços Urbanos da Unidade Orgânica Flexível de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos. No âmbito desta proposta não foram extintos postos de trabalho, ocorrendo duas saídas de trabalhadores, pelos seguintes motivos: 1.º - Um lugar de



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

técnico superior (biblioteca), que desde 27 de julho e pelo período de cinco anos, está na situação de comissão de serviço na Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas; 2.º - Um lugar de assistente operacional (sapador florestal), em 31 de julho, pelo motivo de denúncia de contrato por iniciativa do trabalhador. No ano de 2015, o mapa de pessoal tinha um total de 146 postos de trabalho entre ocupados e vagos, e o mapa de pessoal para 2016 terá um total de 146 postos de trabalho entre ocupados e vagos. Nestes termos proponho ao Executivo Municipal que, após apreciação da presente proposta, e caso mereça deliberação favorável, delibere remeter a mesma, assim como o mapa de pessoal que se lhe encontra anexo, juntamente com os documentos previsionais, à Assembleia Municipal para que este órgão, no uso da competência prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, assim como nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere, após apreciação destes documentos, aprovar o Mapa de Pessoal para 2016.”-----

O Senhor Vereador Romão Trindade, disse que, uma vez que o mapa de pessoal possui bastantes técnicos superiores, se deverá apelar a que estes sejam mais participativos, pró-ativo e criativos, empenhando-se mais e sendo mais responsabilizados pelo desenvolvimento e dinamização do concelho. O Senhor Presidente da Câmara disse entender que máxima liberdade é proporcional a máxima responsabilidade, e que, quanto mais habilitações/atribuições um funcionário possui, também maior é a sua responsabilidade. Seguidamente, apresentou a evolução relativa aos recursos humanos da Câmara Municipal, desde o ano 2000. Lembrou sempre ter defendido que a Câmara Municipal precisava aumentar o seu nível de tecnicidade, o que veio a acontecer. Concluiu-se que o atual mapa de pessoal é composto por menos funcionários do que o do ano em que iniciou o seu primeiro mandato como Presidente na autarquia. Afirmou que fez o que faria hoje se existisse essa possibilidade, aumentar o nível de tecnicidade do município.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta.-----

Deliberação n.º 312

PONTO TRÊS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA O ANO 2016

====Sobre o assunto em apreço, foi presente a seguinte proposta: “Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 31.º e do n.º 1 e 2 do artigo 158.º, ambos da Lei nº 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), e considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo deliberar sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos: 1. – Encargos relativos a remunerações; 1. - Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal; 2. - Com as alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores. Propõe-se o seguinte:-----
1. Encargos com remunerações-----
Determinar o montante máximo a despendido com remunerações:-----
Dotação: 2.593.150 €-----
2. Recrutamento-----

Determinar o montante máximo a despendar com o recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de posto de trabalho previsto, e não ocupado, no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Alter do Chão:-----

Dotação: 6.424,35 €-----

2. Alterações de posicionamento remuneratório-----

A) Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório-----

Por não se verificarem os pressupostos legais, em 2016, para a alteração obrigatória de posicionamento remuneratório, não é definida qualquer dotação para esse efeito.-----

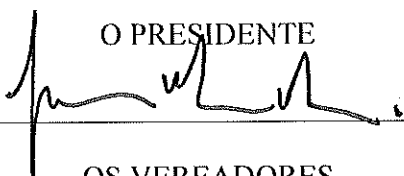
B) Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária-----

Por não se verificarem os pressupostos legais, em 2016, para a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária, não é definida qualquer dotação para esse efeito.”-----

Deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta.-----

===E nada mais havendo a tratar foi, pelo Senhor Presidente, encerrada a reunião eram dezassete horas.-----

O PRESIDENTE



OS VEREADORES

